

Índice Sistemático

<i>Nota do autor à 7ª edição</i>	XV
Capítulo I – O Surgimento do <i>Processo</i> na Resolução dos Conflitos.	1
1.1. Humanidade e Direito	1
1.2. A Ciência Jurídica e seu Objeto	3
1.3. As Teorias do Direito – Quadro Geral	7
1.3.1. A doutrina (teoria) idealista	8
1.3.2. O realismo jurídico.	9
1.3.3. O realismo e o positivismo jurídico	10
1.3.4. O novo positivismo e o fenomenalismo.	12
1.3.5. O formalismo jurídico irreducionista moderno	13
1.3.6. O estruturalismo jurídico	18
1.3.7. Síntese	19
1.4. Quadro Histórico das Modalidades de Resolução de Conflito – Autotutela. Autocomposição. Mediação. Arbitragem. Jurisdição. Processo – Da Barbárie às Sociedades Político-Democráticas de Direito	22
1.4.1. Autotutela	22
1.4.2. Autocomposição.	23
1.4.3. Mediação e arbitragem	24
1.4.3.1. Período sacerdotal ou pré-romano	24
1.4.3.2. Período das <i>legis actiones</i>	24
1.4.3.3. Período formular – direito romano arcaico	25
1.4.3.4. Período formular – direito romano clássico.	25
1.4.3.5. Período da <i>cognitio extra ordinem</i> – direito romano pós-clássico.	26
1.5. Jurisdição – Aspectos Históricos	26
1.5.1. Arbítrio, discricionariedade, jurisdição	28
1.6. O Estado, o Processo e a Tutela Jurisdicional (Judicacional).	32
1.7. O Processo na Pós-Modernidade e a Jurisdição Constitucional – Uma Visão Neo-Institucionalista do Processo (Teoria do Autor).	35
Capítulo II – Da Técnica ao Direito Processual	41
2.1. Generalidades – Epistemologia do Direito Processual	41
2.2. Técnica	41
2.3. Ciência.	42
2.4. Teoria.	43
2.5. Crítica Científica	44
2.6. Teoria Científica	46
2.7. Técnica Jurídica, Direito Processual e Sistemática Procedimental.	47

Capítulo III – Fundamentos Constitucionais do Processo	49
3.1. Constituição e Processo	49
3.2. Processo e Hermenêutica Constitucional a partir do Estado de Direito	
Democrático	51
3.2.1. O devido processo constitucional.	51
3.2.2. O anacronismo da hermenêutica pela jurisdição do decisor.	55
3.2.3. Concretização do direito nas democracias plenárias	57
3.2.4. Devido processo constitucional, conceito de parte na democracia	60
3.3. Direito Procedimental e Direito Processual	64
3.4. Tutela Processual da Jurisdição	66
3.5. Acesso à Jurisdição.	67
3.6. Teorias do Processo e Processo Jurisdicional.	69
Capítulo IV – Teoria Geral e Estudo do Processo e da Jurisdição	71
4.1. Denominação da Disciplina – <i>Explicação Didática</i>	71
4.2. Teorias do Ordenamento Jurídico e Unificação do Processo	73
4.3. Direito Processual – Conceitos.	75
4.4. As Teorias do Processo na História do Direito	77
4.4.1. Teoria do processo como contrato	77
4.4.2. Teoria do processo como quase-contrato	78
4.4.3. Teoria do processo como relação jurídica	78
4.4.4. Teoria do processo como situação jurídica.	79
4.4.5. Teoria do processo como instituição	81
4.4.6. Teoria do processo como procedimento em contraditório	83
4.4.7. Teoria constitucionalista do processo.	84
4.4.8. Teoria (proposição) neo-institucionalista do processo.	86
4.4.9. Teoria constitucionalista do processo e teoria neo-institucionalista do	
processo (<i>distinções</i>)	90
4.5. Processo e Procedimento	92
4.6. Princípios Institutivos e Informativos do Processo	94
4.6.1. Princípios institutivos do processo.	96
4.6.1.1. Princípio. Pressuposto. Fundamento. Noções	96
4.6.1.2. O contraditório	97
4.6.1.3. Isonomia e simétrica paridade (<i>distinções</i>)	98
4.6.1.3.1. A questão da dignidade	98
4.6.1.4. Ampla defesa	98
4.6.1.5. A principiologia do processo na teoria neo-institucionalista.	99
4.6.1.5.1. Processo ante o absolutismo do saber solitário.	99
4.6.1.5.2. Processo e seus princípios institutivos (<i>contraditório, ampla</i>	
<i>defesa, isonomia</i>)	106
4.6.1.5.3. A produção do sentido legal como maldição (<i>mal-dicção</i>)..	108
4.6.1.5.4. Processo e tempo nas democracias não-paideicas	110
4.6.1.5.5. Conclusões	111
4.6.2. Princípios informativos do processo	111
4.6.2.1. Princípio da oralidade	112
4.6.2.2. Princípio da publicidade	113

4.6.2.3. Princípio da lealdade processual	113
4.6.2.4. Princípios da disponibilidade e da indisponibilidade.	114
4.6.2.5. Princípios da economia processual e da instrumentalidade das formas	115
4.7. Requisitos da Jurisdição: Atividade do Juiz (Judicação)	116
4.7.1. Requisito da investidura	116
4.7.2. Requisito da inércia	118
4.7.3. Requisito da aderência territorial	119
4.7.4. Requisitos da inafastabilidade, inevitabilidade e indelegabilidade	120
4.7.5. Requisito do juízo natural	122
4.7.6. Imparcialidade do juiz	123
4.7.7. Requisitos da persuasão racional do juiz, requisito da motivação das decisões judiciais e requisito do duplo grau de jurisdição	123
4.8. Lei e Norma	124
4.8.1. Teoria da norma	124
4.8.2. Norma material e norma processual.	126
4.8.3. Eficácia da norma processual	127
Capítulo V – Ciclo Histórico do Direito-de-Ação e a Dinâmica do Processo	129
5.1. Ação e Direito-de-Ação	129
5.1.1. Teoria imanentista	130
5.1.2. A ação como direito subjetivo, público e autônomo	130
5.1.3. A ação como direito subjetivo, público e concreto.	130
5.1.4. A ação como direito público, subjetivo, autônomo e abstrato	131
5.2. Elementos Configurativos e Estruturais do Procedimento (Ação)	132
5.2.1. Elementos configurativos	132
5.2.2. Elementos estruturais	134
5.3. A Estrutura (Espaço-Tempo Procedimental) do Mérito	135
5.4. Convalidação dos Pressupostos Processuais	136
Capítulo VI – Processo de Conhecimento, Execução e Cautelar – Outros Procedimentos	139
6.1. Processo de Conhecimento – Noções.	139
6.2. Processo de Conhecimento – <i>Preliminar e Mérito</i>	140
6.2.1. Articulação estrutural do processo	140
6.2.2. Matéria preliminar e matéria de mérito	143
6.2.3. A antecipação de tutela e o instituto da preliminar.	146
6.2.4. Conclusões	150
6.3. Verossimilhança e Inequivocidade na Tutela Antecipada em Processo Civil	151
6.3.1. Abertura temática	151
6.3.2. Processo constitucional e jurisdição (judicação)	152
6.3.3. Conceito de tutela na teoria do processo	153
6.3.4. Verossimilhança e inequívocidade – tentativa de ressemantização	156
6.3.5. Conclusões	159
6.4. Fundado Receio de Dano Irreparável na Antecipação de Tutela no Processo Civil	160

6.4.1. Memória temática	160
6.4.2. Fundado receio (não-presunção ou suposição)	162
6.4.3. Receio de dano irreparável.	163
6.4.4. A questão insólita da irreparabilidade do dano.	165
6.4.5. Conclusões	166
6.5. Antecipação de Tutela Legal em Face de Defesa Abusiva e Manifesto	
Propósito Protelatório na Teoria do Processo.	166
6.5.1. Considerações introdutórias sobre a lei brasileira	166
6.5.2. Uso e abuso de defesa e fraude processual	168
6.5.3. Protelação e tempo legal	170
6.5.4. Conclusões	171
6.6. Processo de Execução, Cautelar e Outros Procedimentos – <i>Noções</i>	171
Capítulo VII – Concurso de Ações e Cumulação de Pedidos.	177
7.1. Cúmulo – Concurso de Ações e Cumulação de Pedidos	177
Capítulo VIII – Atos Processuais e Prazos	181
8.1. Atos Processuais. <i>Ato Processual. Ato procedimental. Vícios. Nulidades.</i>	181
8.2. Autos. Auto. Termo. Ata	182
8.3. Prazo – <i>O Tempo Legal. Preclusão. Perempção. Prescrição. Decadência.</i>	183
Capítulo IX – Pretensão e Resistência no Processo Civil.	187
9.1. Teoria da Pretensão e da Defesa no Processo Civil	187
9.1.1. Pretensão e defesa	187
9.1.2. <i>Due process</i> e contraditório	190
9.1.3. Direito-de-ação e ação (procedimento)	191
9.1.4. Ação e exceção.	193
9.1.5. Excetividade das preliminares	194
9.1.6. Direito de ampla defesa e o direito ao advogado	196
9.1.7. Controle da jurisdição pelo advogado	196
9.2. Teoria da Prova – Sistemas Históricos	196
9.2.1. A prova na teoria do processo contemporâneo.	199
9.2.1.1. Instituto jurídico da prova	199
9.2.1.2. A prova em Direito.	201
9.2.1.3. A prova e a estrutura procedimental.	203
9.2.1.4. Cogitação democrático-constitucional do instituto da prova.	204
9.2.1.5. Conclusões.	206
9.2.2. Valoração e valorização da prova.	207
9.3. Sentença e Coisa Julgada (Ainda na concepção de Liebman)	208
9.3.1. A relativização inconstitucional da coisa julgada.	211
9.3.1.1. Introdução	211
9.3.1.2. Distinção imprescindível: coisa julgada e sentença transitada	212
9.3.1.3. Coisa julgada e a exclusão da interditalidade	216
9.3.1.4. O mito da onipotência turbinada	218
9.3.1.5. O substancialismo anacrônico da <i>coisa julgada material</i>	219
9.3.1.6. Coisa julgada e devido processo	223
9.3.1.7. A ideologia tecnicista da modernidade	225

9.4. Recursos: Aspectos Históricos, Teóricos e Práticos	231
9.4.1. História	231
9.4.2. Duplo grau de jurisdição	232
9.4.3. Conceito de recurso	232
9.4.4. Aspectos tipológicos de recursos	234
9.4.5. Impropriedades terminológicas no CPC	235
9.4.6. Juízos de admissibilidade e de mérito	235
9.5. Outros Aspectos Recursais	238
9.5.1. Da legitimidade e de interesses recursais	238
9.5.2. Pressupostos do recurso (requisitos do recurso)	238
9.5.3. Recursos em caso de litisconsórcio	238
9.5.4. Fase da abordagem jurisdicional do recurso	238
9.5.5. Recursos no processo civil reformado	239
9.5.6. Recurso adesivo (art. 500, I e II, CPC)	239
9.5.7. Recurso de terceiro prejudicado e o recurso do MP (art. 499 e parágrafos)	240
9.5.8. Efeitos do recurso	240
Capítulo X – Temas Significativos	243
10.1. Judiciário: Poder ou Função. Órgãos	243
10.2. Competência: Critérios Determinativos	243
10.2.1. Considerações relevantes	243
10.2.2. Competência absoluta e competência relativa	249
10.3. Juiz. Juízo. Vara. Comarca. Foro. Fórum. Entrância. Instância	250
Capítulo XI – A Judicialização do Processo nas Últimas Reformas do CPC Brasileiro	251
11.1. Introdução	251
11.2. O Fetiche das Urgencialidades	252
11.3. A Dialética da Desprocessualização	255
11.4. Algumas Excrescências da Lei nº 11.187, de 19.10.05	256
11.5. Algumas Excrescências da Lei nº 11.232, de 22.12.05	256
11.6. Algumas Excrescências da Lei nº 11.276, de 07.02.06	259
11.7. Algumas Excrescências da Lei nº 11.277, de 07.02.06	260
11.8. Algumas Excrescências da Lei nº 11.280, de 16.02.06	263
11.9. Conclusões	264
Sinopse	265
Bibliografia	335